

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	VII
PREFÁCIO.....	IX
APRESENTAÇÃO.....	XI
INTRODUÇÃO	1

PRIMEIRA PARTE

ESTÁTICA DAS NULIDADES PROCESSUAIS PENAIS

CAPÍTULO 1 – CONCEITO E LINGUAGEM: EM TORNO DA DEFINIÇÃO DE NULIDADE NO DIREITO PROCESSUAL PENAL.....	13
1.1 Conceito e definição.....	14
1.2 Tentativas definitórias	17
1.2.1 Divergências em torno da escolha do uso do termo “nulidade”.....	17
1.2.2 Concepções doutrinárias.....	18
1.2.2.1 <i>Nulidade como sanção jurídica.....</i>	<i>19</i>
	XV

TEORIA DA NULIDADE NO PROCESSO PENAL

1.2.2.2	<i>Nulidade como defeito do ato processual</i>	21
1.2.2.3	<i>Nulidade como ato jurídico inválido</i>	27
1.2.2.4	<i>Nulidade como sanção e como defeito</i>	28
1.2.2.5	<i>Nulidade como providência saneadora do sistema jurídico</i>	30
1.2.2.6	<i>Nulidade como tipo processual e constitucional</i>	31
1.2.3	Concepções de nulidade fundamentadas nas ciências da linguagem.....	31
1.2.3.1	<i>Concepção semântica</i>	32
1.2.3.2	<i>Concepção sintática</i>	32
1.2.3.3	<i>Concepção pragmática</i>	33
1.2.4	Distinções do uso do termo nulidade na teoria geral do direito	35
1.2.4.1	<i>Nulidade e os planos da existência, da validade e da eficácia</i>	36
1.2.4.2	<i>Relação do termo nulidade com a categoria norma jurídica</i>	38
1.2.4.2.1	<i>Os conceitos de fato, ato e negócio jurídico e sua relação com o conceito de nulidade</i>	39
1.2.4.2.2	<i>Norma jurídica perfeita, norma jurídica imperfeita e a nulidade como norma reconhecedora de deficiência de incidência de outra norma jurídica</i>	40
1.3	A estrutura da norma jurídica declaratória de atipicidade processual penal	43
1.3.1	Formação do sentido da norma jurídica processual penal e a função do enunciado prescritivo.....	43

1.3.2	Percurso para definição de nulidade e sua função classificatória de atipicidades	45
1.3.3	O texto legal prescritivo das formas processuais penais e a estrutura da norma jurídica reconhecadora de atipicidade	45
1.3.4	Relação entre a norma jurídica reconhecadora de atipicidade e a norma jurídica declaratória de invalidação	49
1.4	Diferença e linguagem	51
1.5	Nulidade e invalidade processual penal	56
1.5.1	Distinções necessárias: vigência, validade e eficácia	57
1.5.2	Pontos de vista possíveis: observadores <i>versus</i> participantes	63
1.6	Linguagem formal	64
1.7	Formalidade e garantia	65
1.8	Aplicação a caso concreto	67
1.9	Conclusão e próximo capítulo	69
 CAPÍTULO 2 – CLASSIFICAÇÕES DAS NULIDADES PROCESSUAIS PENAIS		73
2.1	Classificação e noção	73
2.1.1	O percurso classificatório das nulidades processuais enquanto entidade normativa e a distinção entre conceito, noção e definição	74
2.1.2	Da nulidade à invalidação: a elucidação das relações entre normas	78
2.2	Classificação das nulidades processuais penais e sua utilidade	84

TEORIA DA NULIDADE NO PROCESSO PENAL

2.3	Classificações doutrinárias das nulidades processuais penais.....	87
2.3.1	Classificações dos vícios processuais penais na doutrina nacional	87
2.3.2	Classificações dos vícios processuais penais na doutrina italiana.....	101
2.3.3	Classificações dos vícios processuais penais na doutrina argentina	106
2.4	Classificação legislativa das nulidades no direito processual penal	109
2.4.1	Nulidades na Constituição de 1988	110
2.4.2	Nulidades no Código de Processo Penal..	111
2.4.3	Nulidades no Projeto de Código de Processo Penal 156/2009	114
2.5	Classificação das atipicidades processuais penais identificadas na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça.....	117
2.6	Utilidade de linguagem convencionalizada no campo das nulidades no processo penal	122
2.7	Expressões classificatórias das atipicidades e a necessidade de definição uniforme	125
2.7.1	Inexistência no direito processual penal e o seu confronto com a facticidade jurídica	125
2.7.1.1	<i>Plano fático do ato e a carência de elemento para ser compreendido pelo sistema jurídico</i>	126
2.7.1.2	<i>Plano jurídico do ato e a noção de suporte de fato suficiente.....</i>	129
2.7.2	Imperfeição caracterizadora de nulidade do ato processual penal	133

2.7.2.1	<i>Nulidade absoluta e a noção de essencialidade do elemento protetivo de direito fundamental para a produção normativa.</i>	134
2.7.2.2	<i>Nulidade relativa e os critérios para sua identificação</i>	136
2.7.2.2.1	<i>Estrutura e delimitação da natureza accidental do elemento afetado.....</i>	139
2.7.2.2.2	<i>Base principiológica aplicável e os limites da constitucionalidade dos enunciados do ordenamento jurídico</i>	143
2.7.2.2.2.1	<i>Princípios constituídos a partir de base empírica direta</i>	149
2.7.2.2.2.2	<i>Princípios constituídos a partir de base empírica indireta</i>	155
2.7.3	<i>A ambiguidade do termo anulabilidade em sede processual penal.....</i>	157
2.7.4	<i>Irrelevância da atipicidade e a definição de irregularidade na persecução penal estatal</i>	158
2.7.5	<i>A teoria do ato processual e sua compatibilidade com o constructivismo lógico-semântico</i>	159
2.7.5.1	<i>O ato processual imperfeito e o momento do seu reconhecimento: investigação preliminar versus processo penal ...</i>	161
2.7.5.2	<i>A incidência de normas jurídicas e a distinção entre ato processual típico e ato processual atípico</i>	164
2.7.6	<i>A dualidade normativa que decorre de defeitos constatados na persecução penal estatal e a coerência do conteúdo dos vocábulos.</i>	165

TEORIA DA NULIDADE NO PROCESSO PENAL

2.7.6.1	<i>A relação normativa entre atipicidade processual penal (classificação) e providência consequente.....</i>	166
2.7.6.2	<i>Invalidação, convalidação e sanção (sanatória) como rótulos da pragmática da norma jurídica consequente</i>	167
2.7.6.3	<i>Sentido da noção de regra de calibração legal e as técnicas de controle difuso de constitucionalidade</i>	174
2.7.6.3.1	<i>Admissibilidade de regras de calibração de natureza jurisprudencial.....</i>	176
2.7.7	A distinção das categorias de nulidades fundada na iniciativa judicial e a penetração de critério sintático na semântica das nulidades processuais penais.....	177
2.7.7.1	<i>Nulidades que dependem de provocação do interessado.....</i>	178
2.7.7.2	<i>Nulidades reconhecíveis ex officio pelo juiz.....</i>	179
2.7.8	Critério da cominação da nulidade para identificação de sua espécie e produção normativa.....	183
2.7.9	A hermenêutica aplicada às nulidades processuais penais e a suposta exaustividade do catálogo de nulidades processuais penais	184
2.8	Classificação construída pelo reconhecimento de pontos comuns do sistema	186
2.8.1	Norma jurídica primária e a especificação das categorias de nulidade (em sentido amplo).....	187
2.8.1.1	<i>Inexistência jurídica.....</i>	187

2.8.1.2	<i>Nulidade absoluta</i>	189
2.8.1.3	<i>Nulidade relativa</i>	190
2.8.1.4	<i>Irregularidade</i>	191
2.8.2	Norma jurídica secundária e a vinculação do efeito jurídico	191
2.8.2.1	<i>Efeitos gerais</i>	192
2.8.2.1.1	<i>Invalidação</i>	193
2.8.2.1.2	<i>Convalidação</i>	193
2.8.2.1.3	<i>Saneamento</i>	195
2.8.2.2	<i>Efeitos específicos</i>	195
2.8.2.2.1	<i>Modulação de efeitos</i>	195
2.8.2.2.2	<i>Inadmissibilidade</i>	196
2.8.2.2.3	<i>Desentranhamento</i>	197
2.8.2.2.4	<i>Inutilização</i>	197
2.8.3	Representação da estrutura da nulidade no processo penal	199
2.9	Aplicação a caso concreto	204
2.10	Conclusão e próximo capítulo	206
 CAPÍTULO 3 – FONTES DE PRODUÇÃO DAS NORMAS NULIFICADORAS		209
3.1	Distinção das fontes em confronto com os sujeitos envolvidos	209
3.2	Produção de normas nulificadoras e sua fundamentação	213
3.2.1	Descrição normativa abstrata como conceito necessário à subsunção (premissa maior)	215

TEORIA DA NULIDADE NO PROCESSO PENAL

3.2.2	Verificação da atipicidade e a construção de conceito constitutivo de premissa menor.....	217
3.3	Postulado da coerência como critério para identificação de fontes de cognição das nulidades processuais penais.....	218
3.3.1	Regras enunciativas e as fontes de produção (materiais) admissíveis em matéria de atipicidade processual penal.....	221
3.3.2	Necessidade de linguagem adequada à identificação da função da norma jurídica consequente	222
3.4	Fontes abstratas de cognição de nulidades processuais penais.....	227
3.4.1	Fontes constitucionais e sua natureza preponderantemente principiológica.....	228
3.4.2	O confronto das técnicas de tipificação direta e indireta das atipicidades processuais penais sufragados pelos enunciados legislativos	230
3.4.3	O reconhecimento de base empírica jurisprudencial como fonte de normas nulificadoras	231
	3.4.3.1 <i>A necessidade de superação de abismos para a formação do precedente</i>	232
	3.4.3.2 <i>Fontes jurisprudenciais reconhecidas pelo sistema jurídico brasileiro</i>	235
3.5	Fonte concreta de reconhecimento de atipicidade processual penal	236
3.5.1	Norma constitutiva de competência do juiz e a necessidade de ato volitivo	236
3.5.2	Produção de norma individual e concreta nulificadora de ato processual penal.....	237

3.6	Aplicação a caso concreto	238
3.7	Conclusão e próximo capítulo	240

**CAPÍTULO 4 – SISTEMA E ORDENAMENTO
COMO FUNDAMENTOS PARA A CONSTRUÇÃO
DE NORMAS NULIFICADORAS..... 241**

4.1	Ordenamento e nulidades processuais penais...	241
4.1.1	Noção de ordenamento e diacronismo: o específico caso das nulidades positivadas no Código de Processo Penal.....	246
4.1.2	Noção de sistema e sincretismo para a compreensão das normas jurídicas envolvidas no fenômeno da atipicidade do ato processual	250
4.2	Microssistema das nulidades processuais penais	253
4.2.1	De ordenamento irregular à necessidade de consistência estrutural	254
4.2.2	A produção de nulidades pela jurisprudência: o sentido e o alcance do texto legislado	255
4.3	Limites à <i>autopoiesis</i> das nulidades processuais penais.....	257
4.3.1	Hierarquia dos enunciados normativos e a justificação do reconhecimento de nulidade	258
4.3.2	A estrutura do sistema e o acoplamento estrutural do sistema legislado e do sistema jurisprudencial	261
4.3.3	Os limites impostos pelo sistema acusatório sufragado pela Constituição de 1988.....	267
4.4	Aplicação a caso concreto	269
4.5	Conclusão e próximo capítulo	270

CAPÍTULO 5 – PLANO SEMÂNTICO DAS NULIDADES PROCESSUAIS PENAIS.....	273
5.1 O sentido das nulidades e o valor protegido pela norma.....	273
5.1.1 O sentido relacionado ao enunciado que serve de base para a construção do significado na norma jurídica reconhecedora de atipicidade	276
5.1.2 A classificação da atipicidade como conteúdo de proteção de direitos fundamentais.	279
5.2 Interpretação e linguagem formal das nulidades processuais em confronto com a finalidade protetiva	282
5.2.1 O limite progressivo do modelo legal de acordo com a finalidade da garantia processual	284
5.2.2 A linguagem formal como lastro para uma hermenêutica das nulidades processuais penais	286
5.3 Aplicação a caso concreto	288
5.4 Conclusão e próximo capítulo	290

SEGUNDA PARTE

DINÂMICA DAS NULIDADES PROCESSUAIS PENAIS

CAPÍTULO 6 – PLANO SINTÁTICO DAS NULIDADES PROCESSUAIS PENAIS.....	295
6.1 Fundamentação estrutural das nulidades processuais penais e competência normativa.....	295

6.2	Estrutura da regra definidora de nulidade processual penal no contexto sintático.....	297
6.2.1	Identificação do critério pessoal a partir da regra de competência	298
6.2.2	Limite da jurisdição e amplitude dos efeitos da decisão como base do critério espacial da norma nulificadora	300
6.2.3	Intervalo identificador do critério temporal no curso da persecução penal estatal.....	302
6.2.4	A inferência do critério material com base na natureza direta ou indireta da identificação de imperfeição do ato	303
6.2.5	A providência possibilista a qual está obrigado o juiz, relacionada por operador deôntico neutro, e caracterizadora da pragmática das nulidades processuais penais	305
6.2.6	Fundamentação da decisão concretizadora das normas jurídicas subsequentes ao reconhecimento da imperfeição da persecução penal estatal	309
	6.2.6.1 <i>Declaração da atipicidade como norma jurídica primária que se segue à verificação de vício processual penal</i>	312
	6.2.6.2 <i>A invalidação do ato processual penal e sua natureza desconstitutiva que depende da produção de norma jurídica.....</i>	312
	6.2.6.3 <i>A índole declaratória da norma jurídica de convalidação</i>	313
	6.2.6.4 <i>O saneamento como ato composto que pressupõe mais de uma norma jurídica: desfazimento e refazimento do ato processual penal.....</i>	314

TEORIA DA NULIDADE NO PROCESSO PENAL

6.2.6.5 <i>A modulação de efeitos que pode decorrer do reconhecimento de atipicidade processual penal e a natureza secundária da norma jurídica que assim a preconiza.</i>	316
6.3 Aplicação a caso concreto	317
6.4 Conclusão e próximo capítulo	321
CAPÍTULO 7 – PLANO PRAGMÁTICO DAS NULIDADES PROCESSUAIS PENAIS.....	323
7.1 Efeitos do reconhecimento da nulidade no processo penal.....	323
7.1.1 Função da norma nulificadora	329
7.1.1.1 <i>Invalidação: aspecto restaurativo ..</i>	330
7.1.1.2 <i>Convalidação: aspecto conservativo .</i>	334
7.1.2 Efetividade do processo.....	336
7.1.2.1 <i>Garantia versus tempo razoável.....</i>	339
7.1.2.2 <i>Nulidades e finalidade do processo penal: bem jurídico tutelado</i>	345
7.2 Utilidade da pragmática das nulidades processuais penais.....	347
7.3 Aplicação a caso concreto	350
7.4 Conclusão e próximo capítulo	352
CAPÍTULO 8 – ESPÉCIES DE NORMAS RELACIONADAS ÀS NULIDADES PROCESSUAIS PENAIS	355
8.1 Função nomogenética e autorregulação do direito	357
8.2 Normas gerais e abstratas	362
8.3 Normas gerais e concretas.....	365
8.4 Normas individuais e abstratas	367

8.5	Normas individuais e concretas.....	367
8.6	Aplicação a caso concreto	369
8.7	Conclusão e próximo capítulo	371
CAPÍTULO 9 – PRODUÇÃO DAS NORMAS CONSTITUTIVAS DE DECLARAÇÃO DE NULIDADE E DE INVALIDAÇÃO		373
9.1	Plano concreto: processo penal condenatório....	373
9.2	Percurso judicial da fundamentação da decisão de nulificação de ato processual: do plano geral e abstrato ao plano individual e concreto.....	375
9.3	Pontos de vista relativos à validade de ato processual: observadores <i>versus</i> participantes	376
9.4	Bases do sistema para a produção de normas processuais penais.....	379
9.5	Limites do direito legislado	387
9.5.1	Confronto da legislação com a interpretação dada pelos tribunais.....	388
9.5.2	Feição pragmática da aplicação da legislação processual penal.....	389
9.5.3	Contornos limitativos do Título I, do Livro III, do Código de Processo Penal brasileiro	391
	9.5.3.1 <i>Base empírica legal e sua função de fonte parcial de produção de norma que reconhece atipicidade.....</i>	391
	9.5.3.2 <i>O enunciado do art. 563, do Código de Processo Penal, e os limites da noção de prejuízo para a produção da norma declaratória de atipicidade</i>	392

TEORIA DA NULIDADE NO PROCESSO PENAL

<i>9.5.3.3 Indistinção e insuficiência das nulidades cominadas pelo art. 564, do Código de Processo Penal.....</i>	<i>394</i>
<i>9.5.3.4 Limites impostos às partes para a averbação de nulidades pelo art. 565, do Código de Processo Penal, e o dever do juiz de considerar impeditiva de seu reconhecimento</i>	<i>397</i>
<i>9.5.3.5 A necessidade de conter a relativização das nulidades processuais e a interpretação ampliativa do art. 565, do Código de Processo Penal.....</i>	<i>398</i>
<i>9.5.3.6 O art. 566, do Código de Processo Penal, e a imposição de compatibilizar a noção de verdade substancial com as garantias constitucionais fundamentais</i>	<i>401</i>
<i>9.5.3.7 A natureza da norma que decorre da incompetência inqualificada do art. 567, do Código de Processo Penal, e a nulidade dos atos decisórios</i>	<i>407</i>
<i>9.5.3.8 A regra de calibração do art. 568, do Código de Processo Penal, e os contornos de sua função sanatória de ilegitimidade do representante da parte</i>	<i>413</i>
<i>9.5.3.9 Saneamento de omissões da acusatória e os limites ao contraditório e à ampla defesa frente ao art. 569, do Código de Processo Penal.....</i>	<i>416</i>
<i>9.5.3.10 Substituição do ato citatório pelo comparecimento do réu, disposto no art. 570, do Código de Processo Penal, como hipótese diversa do reconhecimento de atipicidade</i>	<i>417</i>
<i>9.5.3.11 Os limites temporais para a arguição de atipicidade e a adequação do art. 571,</i>	

<i>do Código de Processo Penal, às alterações legislativas supervenientes.....</i>	418
9.5.3.12 <i>Regra de calibração do art. 572, do Código de Processo Penal, e necessidade de controle de constitucionalidade</i>	420
9.5.3.13 <i>A aplicação do art. 573, do Código de Processo Penal, a legislação extravagante e a pragmática das atipicidades processuais penais</i>	422
9.6 Tratamento do tema na jurisprudência do STF e do STJ.....	424
9.6.1 Súmulas que fixam o sentido e o alcance de hipótese de nulidade	429
9.6.2 Súmulas que criam <i>standards</i> com previsão expressa de nulidade	430
9.6.3 Súmulas que instituem regras de calibração.....	433
9.7 Classificação das atipicidades de acordo com a fase da persecução penal	436
9.8 Aplicação a caso concreto	441
9.9 Conclusão e próximo capítulo	442
CAPÍTULO 10 – NULIDADES PROCESSUAIS PENAIS E ADSCRIÇÃO DE REGRAS A PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS	445
10.1 Núcleo processual penal constitucional protetor dos direitos individuais fundamentais e sistema acusatório.....	448
10.2 Relativização de nulidades processuais penais e seu confronto com as garantias fundamentais ..	452
10.2.1 Tendência jurisprudencial	454

TEORIA DA NULIDADE NO PROCESSO PENAL

10.2.2 Mitigação das distinções classificatórias e a interpretação do direito positivo	455
10.3 Aplicação a caso concreto	457
10.4 Conclusão e próximo capítulo	459

CAPÍTULO 11 – CLASSIFICAÇÃO APLICADA ÀS NULIDADES PROCESSUAIS PENAIS..... 461

11.1 Classificação das nulidades da investigação preliminar	461
11.1.1 Atipicidades decorrentes de omissão ou de vício sobre elemento estrutural de ato procedimental e suas consequências.....	464
11.1.1.1 <i>Condução de investigação preliminar oficial por pessoa sem investidura para o exercício da norma de atribuição.....</i>	467
11.1.1.2 <i>Tomada de declarações sob tortura</i>	474
11.1.2 Atipicidades decorrentes de omissão ou de vício de elemento essencial de ato procedimental e suas consequências	478
11.1.2.1 <i>Falta de ciência do indiciado sobre o seu direito ao silêncio para a tomada de suas declarações</i>	479
11.1.2.2 <i>Omissão em se assegurar o acompanhamento de advogado ao indiciado preso e a audiência de custódia</i>	480
11.1.2.3 <i>Omissão ou defeito do exame de corpo de delito na fase investigativa</i>	484
11.1.2.4 <i>Ato de indiciamento emitido em descompasso com os ditames do ordenamento jurídico</i>	488

11.1.2.5 <i>Instauração de investigação preliminar a partir de delação anônima sem verificação de procedências das informações</i>	491
11.1.2.6 <i>Obtenção de elementos de informação em violação às regras decorrentes do direito à intimidade e ao sigilo</i>	492
11.1.2.7 <i>Instauração de investigação preliminar fundamentada em fato atípico ou com punibilidade extinta</i>	501
11.1.2.8 <i>Inquérito policial instaurado por fato atribuído a menor de dezoito anos</i>	505
11.1.2.9 <i>Prisão temporária executada com base em decisão “com força de mandado”</i>	508
11.1.2.10 <i>Vício (total ou parcial) de acordo de colaboração premiada (confissão ou delação premiada)</i>	509
11.1.2.11 <i>Vício sobre o acordo de não persecução penal (art. 28-A, CPP)</i>	511
11.1.3 <i>Atipicidades decorrentes de omissão ou de vício sobre elemento accidental de ato procedimental e suas consequências</i>	513
11.1.3.1 <i>Ausência de entrega de nota de culpa ao preso em flagrante</i>	515
11.1.3.2 <i>Qualificação e identificação deficiente do investigado</i>	519
11.2 <i>Classificação das nulidades do processo penal condenatório</i>	519
11.2.1 <i>Atipicidades decorrentes de omissão de elemento estrutural de ato processual e suas consequências</i>	520

TEORIA DA NULIDADE NO PROCESSO PENAL

11.2.1.1 Ausência de pressuposto processual (de existência).....	520
11.2.1.2 Sentença penal sem parte dispositiva.....	521
11.2.1.3 Prática de ato privativo de advogado por pessoa não inscrita na OAB (art. 3º, caput, Lei nº 8.906/1994).....	522
11.2.1.4 Processo ou sentença condenatória ignorando a situação de óbito do acusado	523
11.2.1.5 Sentença extintiva de punibilidade com base em certidão de óbito falsa.....	524
11.2.2 Atipicidades decorrentes de omissão ou defeito de elemento essencial de ato processual e suas consequências	525
11.2.2.1 Falta de condição para o exercício da ação penal e o sentido da expressão “ilegitimidade de parte” (art. 564, II, CPP)	525
11.2.2.2 Falta de publicidade dos julgamentos do Poder Judiciário, fora das exceções legais	529
11.2.2.3 Omissão ou vício de fundamentação das decisões judiciais (art. 564, V, CPP).....	530
11.2.2.4 Omissões ou vícios sobre elementos essenciais da denúncia, da queixa ou da representação.....	531
11.2.2.5 Omissões ou vícios sobre elementos essenciais do exame do corpo de delito nos crimes que deixam vestígios, ressalvadas as exceções legais.....	535
11.2.2.6 Falta de justificação suficiente, dada por escrito, acerca da excepcionalidade do uso de algemas, quando da prisão ou do ato	

<i>processual correspondente (Súmula Vinculante nº 11, STF).....</i>	542
<i>11.2.2.7 Ausência de nomeação de defensor dativo ou de intimação da defensoria pública, ao réu presente que não tiver constituído advogado, ou ao réu ausente.....</i>	546
<i>11.2.2.8 Omissão de comunicação à Ordem dos Advogados do Brasil para oportunizar a presença de seu representante quando da prisão em flagrante de advogado, por motivo ligado ao exercício da advocacia, para a lavratura do auto respectivo (art. 7º, IV, princípio, Lei nº 8.906/1994)</i>	547
<i>11.2.2.9 Vícios ou omissões de elementos essenciais da sentença penal condenatória</i>	548
<i>11.2.2.10 Falta de intimação para intervenção do Ministério Público ou falta de sua intervenção em todos os termos da ação por ele intentada e nos da intentada pela parte ofendida, quando se tratar de crime de ação pública.....</i>	550
<i>11.2.2.11 Falta ou vício de citação do réu para responder à acusação, bem como o seu interrogatório, quando presente.....</i>	554
<i>11.2.2.12 Omissão ou vício na concessão de prazos para o exercício da acusação ou da defesa.....</i>	557
<i>11.2.2.13 Vícios ou falta de elementos essenciais à decisão de pronúncia.....</i>	559
<i>11.2.2.14 Não oportunização à apresentação de rol de testemunhas, nos processos perante o Tribunal do Júri</i>	562

TEORIA DA NULIDADE NO PROCESSO PENAL

<i>11.2.2.15 Omissão ou vício de intimação do réu para a sessão de julgamento, pelo Tribunal do Júri.....</i>	<i>563</i>
<i>11.2.2.16 Falta ou vício de intimação das testemunhas arroladas após a pronúncia para comparecimento ao júri</i>	<i>564</i>
<i>11.2.2.17 Falta do quorum de pelo menos de quinze jurados para a constituição do júri</i>	<i>565</i>
<i>11.2.2.18 Vícios no sorteio dos jurados do conselho de sentença e sua incomunicabilidade.....</i>	<i>566</i>
<i>11.2.2.19 Omissões, vícios ou contradições relativamente aos quesitos e às respectivas respostas do júri.....</i>	<i>567</i>
<i>11.2.2.20 Omissões ou vícios relativos à acusação e à defesa, na sessão de julgamento do júri.....</i>	<i>568</i>
<i>11.2.2.21 Omissão de reexame necessário de decisão, nos casos em que a lei o tenha estabelecido</i>	<i>569</i>
<i>11.2.2.22 Ausência ou defeito de intimação para ciência de sentenças e decisões contra as quais caiba recurso</i>	<i>570</i>
<i>11.2.2.23 Inobservância do quorum legal para julgamento nos tribunais</i>	<i>572</i>
<i>11.2.2.24 Falta de intimação do réu para constituir novo defensor antes da nomeação de dativo, quando de renúncia prévia a julgamento de recurso criminal (Súmula nº 708, STF)</i>	<i>573</i>
<i>11.2.2.25 Incompetência, suspeição (impedimento ou incompatibilidade) ou suborno do juiz (art. 564, I, CPP)</i>	<i>574</i>

11.2.2.26 <i>Prática de ato por advogado impedido, suspenso, licenciado ou que passar a exercer atividade incompatível com a advocacia (art. 3º, parágrafo único, Estatuto da OAB).....</i>	575
11.2.2.27 <i>Citação por edital de réu preso na mesma unidade federativa do juízo processante (Súmula nº 351, STF)</i>	576
11.2.2.28 <i>Citação do réu por aplicativos de mensagens (WhatsApp e quejandos).....</i>	576
11.2.2.29 <i>Reconhecimento de nulidade contra o réu quando não arguida no recurso da acusação, ressalvados os casos de reexame necessário (Súmula nº 160, STF)</i>	577
11.2.2.30 <i>Duplicidade de sentenças</i>	579
11.2.2.31 <i>Prisão preventiva efetivada com base em decisão com força de mandado....</i>	580
11.2.2.32 <i>Prisão cautelar processual em descompasso com o subprincípio da necessidade por ausência de situação cautelar concreta.....</i>	581
11.2.2.33 <i>Perícia realizada por um só perito não oficial (Súmula nº 361, STF).....</i>	582
11.2.2.34 <i>Falta de intimação do denunciado para oferecer contrarrazões ao recurso interposto da decisão de rejeição da denúncia (Súmula nº 707, STF).....</i>	584
11.2.2.35 <i>Falta ou vício relativo a elemento essencial de ato processual (cláusula de abertura do art. 564, IV, CPP).....</i>	586
11.2.3 <i>Atipicidades decorrentes de omissão ou vício de elemento accidental de ato processual e suas consequências</i>	587

TEORIA DA NULIDADE NO PROCESSO PENAL

11.2.3.1 <i>Falta de intimação da expedição de precatória para inquirição de testemunha (Súmula nº 155, STF; Súmula nº 273, STJ).</i>	588
11.2.3.2 <i>Vícios ou falta de intimação ou de notificação relativamente a atos não essenciais em face da (im) possibilidade de aplicação do duty to mitigate the law em processo penal (nulidade de algibeira)</i>	591
11.2.3.3 <i>Julgamento de recurso criminal em segunda instância sem a publicação prévia da pauta, ressalvado habeas corpus (Súmula nº 431, STF).....</i>	593
11.2.3.4 <i>Falta de oitiva prévia da defesa ao desaforamento de processo de júri (Súmula nº 712, STF).....</i>	596
11.2.3.5 <i>Excesso de prazo para apresentação de peça acusatória, resposta preliminar à acusação, réplica, alegações finais, razões e contrarrazões de recursos</i>	597
11.2.3.6 <i>Excesso de prazo para prolação de despachos, decisões e sentenças, bem como para realização de audiência e conclusão do procedimento (violação à razoável duração do processo).....</i>	598
11.2.3.7 <i>Inobservância de regra de competência penal segundo o critério da prevenção (Súmula nº 706, STF)</i>	599
11.3 <i>Classificação das nulidades da execução penal.</i>	600
11.3.1 <i>Atipicidades decorrentes de omissão de elemento estrutural de ato processual e suas consequências</i>	603
11.3.1.1 <i>Imposição de restrição ao apenado por agente público não investido em função judicante</i>	603

11.3.1.2 <i>Concessão de progressão de regime ou de benefício penal baseado em documentação falsa.....</i>	604
11.3.2 <i>Atipicidades decorrentes de omissão de elemento essencial de ato processual e suas consequências</i>	604
11.3.2.1 <i>Indeferimento de progressão de regime com inobservância da inexigibilidade de exame criminológico ou de oportunização do contraditório sobre o laudo respectivo eventualmente apresentado</i>	604
11.3.2.2 <i>Ato de delegação do juiz à autoridade administrativa para fins de concessão de saída temporária do apenado (Súmula nº 520, STJ)</i>	608
11.3.2.3 <i>Reconhecimento de falta grave imputada ao apenado sem procedimento administrativo e em ofensa ao direito de defesa (Súmula nº 533, STJ)</i>	610
11.3.3 <i>Atipicidades decorrentes de omissão de elemento accidental de ato processual e suas consequências</i>	611
11.3.3.1 <i>Ausência de data na sentença que decreta a prescrição da pretensão executória</i>	611
11.3.3.2 <i>Falta de rubrica em folha de guia de internamento ou de tratamento ambulatorial.....</i>	611
11.4 <i>Aplicação a caso concreto</i>	612
11.5 <i>Conclusão do capítulo.....</i>	613
CONCLUSÕES	615
REFERÊNCIAS	619